



ISSN: 1138 - 5863
ISSN-e: 2659 - 9589



CHARTIER, Roger; RODRIGUES, José Damião; MAGALHÃES, Justino (org.) *Escritas e Cultura na Europa e no Atlântico Modernos*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2020, 322 páginas. ISBN – 978-989-8068-29-3

Desde Quinhentos que a escrita está presente como manuscrito e como impresso e, com ela, a leitura. A modernidade é impensável sem a cultura letrada das elites e sem a aplicação da escrita a novos domínios materiais, simbólicos, de governo e administração, socioculturais, como também sem a aculturação escrita de novos públicos. (Da contracapa).

Faz todo o sentido que Colóquios sobre “Escritas e Culturas na Europa Moderna” possam ser “convertidos” num livro, através dos seus textos escritos, para que a divulgação seja ainda mais ampla, mas também para ficarem registadas as refle-

xões pertinentes dos seus autores. Complementarmente será também de referir que outros especialistas, mesmo ausentes desses encontros, puderam contribuir com os seus textos para darem um sentido ainda mais consistente a uma reflexão escrita que fica para leitores interessados na temática. O livro, como podemos ler na contracapa, “ilustra os campos autoral, editorial, do leitor, comunicacional, intrínsecos à cultura escrita, toma a escrita como campo simbólico, de representação, poder e mobilização”.

O texto de abertura de Roger Chartier, um dos professores titulares da Cátedra do Collège de France na Universidade de Lisboa, espaço central para estas reflexões, cria desde logo um quadro concetual que nos ajuda a perceber muitas das relações entre a história cultural e a escrita. Autor e autoria, materialidade e permanência das obras, a legitimação jurídica da função-autor, o papel dos editores, dos censores e dos compiladores de manuais e antologias que se apropriam de textos e inscrevem-nos nas suas contextualizações “oportunistas”, são alguns dos problemas que levanta e sobre os quais nos questiona. É uma clara responsabilização também do leitor que não deve nunca analisar ou ler de forma neutra os textos que têm uma autoria, mas antes tentar de forma mais holística e menos impressiva colocar o texto num quadro bibliográfico inclusivo. Aliás, recorrendo a Foucault, Chartier enaltece essa relação entre a obra literária e a vida do escritor (p.22). O questionamento provocador sobre o “sentido de um texto” que nos faz a partir da p. 33 leva-nos até ao conceito de propriedade literária que procura sustentar na parte final do seu ensaio numa perfeita articulação entre a história cultural e a crítica textual.

Regressando ao papel do editor, João Luís Lisboa confronta-nos com a possibilidade da sua inexistência. Realizando uma viagem em sentido contrário ao tempo, do suporte digital até às edições de quinhentos, exemplifica com várias edições onde o papel do tipógrafo, do editor, do impressor está próximo de funções que o editor virá a desempenhar. É claramente um texto que enfatiza as contextualizações das obras e dos autores como forma de as percebermos e compreendermos, muito para além da sua simples leitura, ramificando as repercussões para a área da cultura e das mentalidades das diferentes épocas. Pelos exemplos apresentados (p. 50 a 55), provoca-nos também uma reflexão sobre a democraticidade do acesso à leitura e compreensão dos textos e obras, mas também para o papel do editor na descoberta dos públicos ou no cunho pessoal conferido à edição de publicações encomendadas

Antonio Castillo Gómez trazendo-nos um exemplo da “Edad Moderna hispana” caracteriza as evidências da escrita (embora também das imagens) nas cidades modernas, destacando o papel de comunicação que desempenham num contexto de complexificação do papel do Estado, mas também dos novos espaços públicos que, em particular as zonas urbanas, criam e onde diferentes públicos têm de aceder e compreender o tipo de comunicação que é veiculada. Afirma-nos a este propósito que “la exhibición pública del documento convertía el acto de publicación en un evento social” (p.68), mas é este também um perigo que tornam a censura, laica ou sobretudo eclesiástica, um crivo de acesso ao que é pretendido “oficializar”. Uma referência muito pertinente às “inscripcio-

nes monumentales sobre piedra y en las versiones análogas que se pintaron en las arquitecturas efémeras” (p. 73) que nos incita a investigar a sua existência e descrição em diferentes geografias enquadrados no propósito celebrativo e propagandístico, remetendo-nos para o conceito de “memória pública” e das marcas desses registos temporalmente datados em função dos espaços e dos agentes.

Num registo mais formal, David Martín Marcos ao partilhar o conteúdo escrito dos diários do conde de Assumar, remete-nos para tipos de escrita, níveis de elaboração, intencionalidades de uma autoria que escrevendo de um lugar – diplomacia – tem objetivos mais precisos em termos pessoais – aproximando-se de uma ego-história – mas também de uma intervenção política ao emitir nessa escrita a sua opinião sobre o tipo de visão relacional entre países. Num registo de intemporalidade, o autor enaltece que os “volumen que Assumar escribió durante la Guerra de Sucesión española se convirtieron así en un arma con la que luchar frente al olvido” (p.117). A materialidade da escrita serve aqui para deixar aos vindouros um testemunho que, sendo vivência pessoal, valoriza o seu conteúdo, mas cria também condições para o confronto de outras visões mais distantes e menos implicadas, mas fundamentais para o cruzamento de fontes.

Ana Cristina Araújo depois de uma contextualização muito pertinente sobre o inconformismo e cosmopolitismo do século XVIII, acentuando o carácter transnacional da cultura europeia e precisando o conceito de estrangeirado, traz-nos uma obra esquecida de Ribeiro Sanches. Esse resgate ajuda-nos a compreender a

influência de Espinosa, em particular da Ética, mas é, sobretudo na sua *Origem da Denominação de Cristão-Velho, e Cristão-Novo em Portugal, e as Causas da Continuação destes Nomes, como também da Cegueira Judaica* que ele expressa “todos os efeitos nocivos para a paz social da existência da perseguição movida pela Inquisição Portuguesa aos cristãos-novos e aprecia negativamente os ancestrais excessos de clericalismo da sociedade portuguesa” como nos diz a autora (p.130). Descobrimos um outro Ribeiro Sanches, muito citado pelas suas *Cartas sobre a Educação da Mocidade* de 1760. Também o seu *Diário* se torna particularmente relevante porque nos permite uma viagem pela sua biblioteca, tecendo opiniões sobre as obras que considera mais emblemáticas do seu pensamento e da sua formação. Se nem sempre esta cultura bibliográfica e a sua escrita serviu para acolher o seu pensamento a nível interno, evidenciou, pela sua imagem em países como Holanda, Inglaterra ou Rússia, que foi um lídimo representante do seu tempo. O difícil triunfo da Razão trouxe-nos através de uma plêiade de “grandes mentores culturais” os escritos que um pouco por toda a Europa mais civilizada, outros autores e outras instituições iam corporizando e reivindicando uma mudança inevitável. “Num quadro policêntrico de difusão de ideias iluministas” (p. 127) os percursos de muitos destes intelectuais portugueses aproximaram Portugal da Europa e tornaram urgente a mudança cultural, nos discursos e nas práticas, por exemplo educativas, mas também científicas.

Na mesma época setecentista, Thais Lima e Fonseca integra e caracteriza a educação no período iluminista e num espaço

atlântico que permite a comparação, mas também o confronto entre os discursos e as práticas docentes. Muito pertinente a incidência no significado da aculturação escrita como meio para a mudança na sociedade de Minas Gerais na fase final do colonialismo português. As pontes lançadas para aquilo que se passava na mesma altura em Portugal, remetem-nos para problemas idênticos: dificuldades de funcionamento de muitas das disciplinas, exiguidade de professores devidamente habilitados, embora, como nos refere na página 161, talvez em certos casos (cita Pernambuco) “a centralidade dos fundamentos religiosos no entendimento acerca das qualidades exigidas a um professor”, sejam mais visíveis. A referência aos conteúdos e aos públicos são também aspetos relevantes que nos ajudam a caracterizar o ensino nesta fase final de setecentos.

Caio Boschi, num artigo com um título curioso – “O Papel, a Tinta e o Armário: em torno da administração colonial luso-brasileira setecentista” - tem um olhar particularmente atento à correspondência diplomática, pessoal ou de negócios permitindo-lhe vislumbrar as características dos seus autores, tanto administrativa como sobretudo humana. Esta última vertente é particularmente significativa para contextualizarmos as diferenças nos tipos de escrita, olhadas do lado das suas funções. O autor recorda-nos (p.182-183) “a operosidade dos administradores e dos oficiais administrativos em coletar e organizar documentação por eles exarada e recebida que tinha paralelo em outros segmentos” sobretudo “com vista a facilitar suas atuações no terreno”. Destacaria a parte inicial deste ensaio (p. 177 a 184) onde o autor partilha questionamentos e dúvidas sob o

ponto de vista metodológico, útil para futuros investigadores que inebriados pelo acesso às fontes esquecem por vezes a importância de uma abordagem hermenêuticamente rica e diversificada.

“A cultura escrita nas missões guaranis: Paraguai, séculos XVII e XVIII” olhada pelo texto de Eduardo Neumann permite-nos perscrutar uma elite letrada e o seu papel nos cargos de poder e de representação, funcionando com esses papéis como mediadores das populações. Interessante a sua visão da origem, enquadramento e funcionalidades daquilo que ele refere como “escrita indígena”. Afirma-nos que “a evangelização das populações ameríndias implicou a elaboração de vários instrumentos letrados de catequese, pois o conhecimento das línguas locais se apresentava como um imperativo para os religiosos envolvidos nessa tarefa” (p.196). É este “empreendimento de escriturização do idioma guarani” que vai servir, na sua perspetiva como “meio de comunicação e reivindicação política”. Sendo uma reflexão muito importante, ela abre pistas para outros estudos que possam analisar as “apropriações efetuadas por parte dos guaranis na instrução alfabética recebida dos jesuítas na província do Paraguai” (p.197).

Junia Furtado e Nuno Gonçalo Monteiro incidem o seu texto na primeira edição da *Histoire philosophique des établissements e du commerce des européens dans les deux Indes* de 1770 do abade Raynal (1713-1796). Sendo uma obra de síntese dos questionários enviados pelo autor a vários correspondentes para conhecer melhor os impérios europeus na América, permite-lhe constatar a menor agressividade e descontentamento

em relação ao colonialismo português. Esta visão repercutiu-se depois na obra de vários autores, entre os quais Adam Smith, mas também pode inscrever-se no tema da génese da opinião pública na época moderna no contexto hispânico, “antecipando de forma significativa a cronologia da emergência dos debates públicos, incluindo aqueles que se revestiram de uma dimensão impressa e que cruzaram com o espaço público europeu” como nos refere logo na abertura do seu artigo (p. 221).

Lucia Neves tem um olhar pormenorizado sobre periódicos, manifestos e panfletos identificando as ideias e princípios subjacentes que apontam claramente para “linguagens do liberalismo e do constitucionalismo” recorrendo a termos que irão marcar o século XIX como: voto, eleições, Constituição, poderes. O problema resulta que essa linguagem fica demasiado circunscrita a elites letradas que inclusive têm acesso a visões do exterior, mantendo-se distantes do grosso da sociedade e colocando o problema da representatividade aos regimes oitocentistas. Mas a autora não tem dúvidas que “os escritos de opinião passam a ter uma importância fundamental na guerra literária que abrangeu os dois lados do Atlântico por meio de uma linguagem constitucional e liberal” (p.249).

A instituição educativa como espaço de modernidade, um tema bastante presente no pensamento pedagógico e educativo de Justino Magalhães, surge-nos numa visão inscrita na viragem entre o século XVII e os inícios do século XIX, demonstrando o longo processo de estruturação da educação moderna e do papel da instituição escolar, às vezes através de medidas pontuais, mas tam-

bém com algumas reformas mais rurais e abrangentes em função da capacidade de intervenção do poder político. Particular destaque para o “terceiro quartel do século XVIII com as reformas iluministas pombalinas, sob orientação da Real Mesa Censória”, que, segundo o autor, podemos caracterizar como o da implementação de um “protossistema de ensino” que complementado no período mariano garante a “recomposição e normalização” (p.286). Aí se estrutura a “escola como informação, modernização, mobilização e tecnologia do social” (p. 286). Como nos adianta na Conclusão, “o setecentismo foi assinalado pela transformação das instituições tradicionais do poder e organização social, hierárquicas e centralizadoras, e pela constituição de instituições sociais e culturais transversais e fundantes, com destaque para a escola” (p.309).

Todos os artigos contemplam referências a bibliografia e sobretudo a fontes

primárias que podem ainda ser revisitadas na sequência das suas perspectivas, embora agora sustentados em percepções que resolveram partilhar connosco.

Um livro que revisita através de muitos olhares e perspectivas, e pela mão de autores consagrados e com sustentada investigação sobre os temas tratados, o sentido da “cultura escrita como constitutiva da Europa e do Atlântico modernos”, numa época onde o poder político se redefine, se estrutura e tenta, através da institucionalização desta cultura, legitimar-se perante uma Nação que, por isso mesmo, terá de ser alfabetizada. Nesse sentido sendo um excelente ponto de chegada, obriga-nos agora a novas partidas para hermenêuticas mais consistentes e naturalmente mais enriquecedoras.

Luís Alberto MARQUES ALVES
Universidade de Porto